

Corrupção

Canhim insiste em irregularidades no DNER

Edivaldo Ferreira/AE

Chefe da SAF devolve a ministro dos Transportes ofício que contesta denúncias sobre obras

MARA BERGAMASCHI

BRASÍLIA — O presidente da Comissão Especial de Investigações (CEI), Romildo Canhim, devolveu ontem ao ministro dos Transportes, Bayma Denis, o ofício em que este isentava o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) de responsabilidades em denúncias de superfaturamento em obras para restauração de estradas. "As conclusões do ministério se chocam com as investigações dos auditores" justificou Canhim. "Presumo que, ao assinar o despacho, o ministro Denis deve ter sido levado por seus auxiliares, já que não deve ter tido tempo de ler o volumoso processo", completou.

É mais um capítulo na briga entre os dois ministros, ambos generais da reserva, em torno da apuração de denúncias de corrupção no governo. O pivô do desentendimento são dois contratos para restauração da BR-116, nas divisas de Rio de Janeiro e São Paulo, e Minas Gerais e Bahia. Inconformado com o ofício em que Bayma Denis isenta o DNER e seus funcionários de responsabilidade pelo superfaturamento das obras, Canhim, presidente da Comissão Especial de Investigações (CEI), se negou a anexá-lo ao relatório final que será apresentado ao presidente Itamar Franco.

Para contestar a versão do ministro Denis, segundo a qual não há irregularidades nas obras nem nos procedimentos do DNER, Canhim leu em entrevista coletiva trechos do relatório preparado por auditores da área de controle interno do próprio Ministério dos Transportes.

Na primeira obra — a restauração do trecho na divisa Rio-São Paulo, a cargo da empreiteira Queiroz Galvão —, o ministro Canhim destacou as seguintes irregularidades: acatamento, pela Comissão de Licitação do DNER, de proposta com preço único superestimado; alterações das especificações da obra e de materiais, não previstas no contrato; pagamento de serviços de terraplanagem e de construção de canteiros

não realizados e, por fim, o subemprego da obra para a construtora Serveng-Civilsan. Segundo Canhim, os mesmos tipos de vícios foram detectados nos contratos assinados pelo DNER com a Construtora Tratex, responsável pela res-



O presidente da CEI: "Denis deve ter sido levado por auxiliares, não deve ter tido tempo de ler o processo"

tauração de 68 quilômetros da BR-116, na fronteira de Minas com Bahia.

A disputa entre os ministros não se restringe a estas duas obras. Dos dez contratos do Ministério dos Transportes considerados suspeitos

pela Comissão Especial de Investigação, o ministro Bayma Denis, que criou uma comissão paralela de inquérito, deixou de opinar sobre oito. Como a CEI pretende entregar ao presidente Itamar o resultado final de seus dez

meses de trabalho até o dia 30, o setor de transportes, onde estão concentradas dispendiosas obras públicas, não fará parte do relatório final. "Não sabemos as respostas e a responsabilidade é do ministro", destacou ontem Canhim.

**AUMENTA
BRIGA DE
GENERAIS
MINISTROS**